

Este timorense passou seis anos em cadeias do invasor indonésio

Chama-se Mali Metan da Costa. Embora lhe tenha sido reduzido um ano de pena, passou seis anos em cadeias indonésias. Desterrado três vezes, foi submetido a interrogatórios, a sessões de pancada, a queimaduras e choques eléctricos. Tem mulher e seis filhos. Vive com a família em Portugal e aceitou dar a presente entrevista a "Juventude Operária".

ENTREVISTA CONDUZIDA POR GLÓRIA FONSECA

Juventude Operária - Como resume a história dos seus últimos anos vividos em Timor?

Mali Metan da Costa - Em 1973 fui preso pelas forças militares da Indonésia em Jacarta, em conjunto com mais 41 pessoas, algumas delas com responsabilidades na Fretilin. Fui desterrado duas vezes, tendo passado 3 meses em Bali (província da Indonésia). Voltei depois a Timor. Alí fizeram-me mais interrogatórios, deram-me mais pancada, queimaduras e choques eléctricos. A seguir foi o julgamento. Durante este, o advogado de defesa que me arranjaram foi para condenar e não para defender. Tratava-se de um indonésio. Fui condenado a sete anos de prisão e os meus colegas com cargos de responsabilidade tiveram penas de 17 anos.

Torturar, violar e matar

J.O. - Afinal de que o acusaram?

M.M.C. - Fui acusado de pertencer à Fretilin e de lutar pela independência do povo de Timor. A Indonésia invadiu o meu país apenas para torturar, violar e matar.

J.O. - Porque veio parar a Portugal?

M.M.C. - Estava ainda na prisão. Recebi uma visita da Cruz Vermelha Internacional e da Amnistia Internacional. Perguntaram-me se queria vir para Portugal. Respondi: Como é que

M.A.A. - Decididamente, não. O que, aliás, é desmotivador.

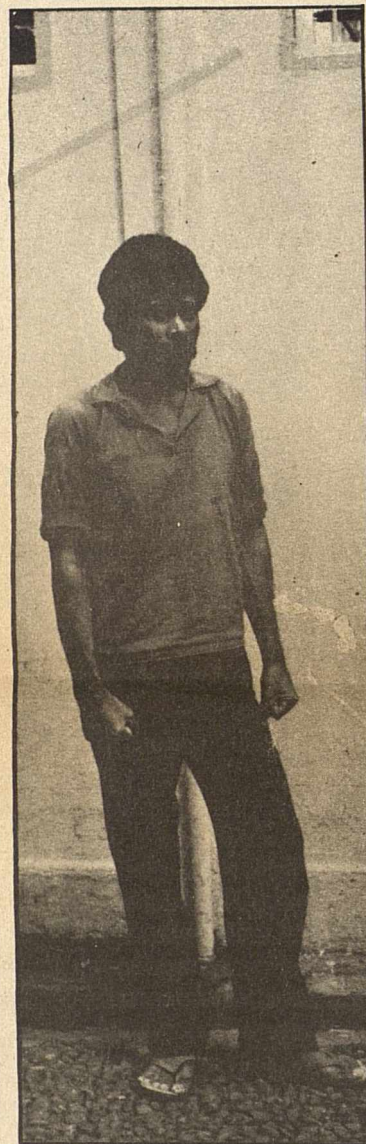
J.O. - Com o novo Pacote Laboral Portugal fica, realisticamente ao regime jurídico, mais próximo dos restantes países comunitários ou, pelo contrário, fica mais afastado?

M.A.A. - Haverá aspectos em que continuamos afastados e outros mais próximos relativamente ao regime jurídico dos restantes países comunitários. A título de exemplo temos a duração semanal do tempo de trabalho e o trabalho de menores, respectivamente.

J.O. - Não se acentuará, deste modo, a nível da Comunidade, o desequilíbrio entre estrutura jurídica, salário e regalias sociais?

M.A.A. - Efectivamente, a começar assim, com baixos salários e deficiente assistência material quando involuntariamente desempregados, entre outros aspectos corre-se o risco desse desequilíbrio. ♦

J.O. - O Pacote Laboral serve este desígnio?



Mali Metan Costa

posso ir para Portugal se estou aqui preso?!

Anotaram o meu nome e de mais 4 presos. Fui libertado um ano mais tarde, em 1989, ao fim de 6 anos. Passados 2 anos da visita da Delegação dos Direitos Humanos na prisão é que vim viver para Portugal. Vim eu e o Agapito. Os restantes 3 ainda continuam presos em Timor.

J.O. - Beneficiou de alguma amnistia?

M.M.C. - Sim. Vi reduzido de um ano o meu tempo de prisão, porque tinha sido condenado a 7 anos e saí ao fim de 6.

J.O. - Qual a razão desta redução?

M.M.C. - Penso ter-se devido à Cruz Vermelha Internacional e à Amnistia Internacional que fizeram força ao tomarem conhecimento do nosso sofrimento e dos perigos que estávamos a correr.

A mulher foi interrogada três vezes

J.O. - Os presos podiam receber visitas dos familiares e amigos?

M.M.C. - Normalmente não. A Indonésia é que decidia. Eu tive uma visita da minha família nos 6 anos que estive preso. Alguns dos que continuam presos, penso que já receberam duas visitas. Há, porém, presos que nunca foram visitados.

J.O. - Quando se sentiu preso e separado dos seus familiares e amigos qual a sua maior preocupação?

M.M.C. - A minha preocupação maior e a de todos os presos políticos é como é que poderemos alcançar a nossa independência. Também me preocupou muito a minha família. Como é que iria ser tratada a minha mulher. As famílias dos presos costumam ser muito torturadas quando são levadas aos interrogatórios.

Mas, ao mesmo tempo, também confiamos na capacidade criadora das nossas famílias. Minha mulher foi chamada 3 vezes a interrogatórios acompanhados de torturas e ameaças. Contudo, felizmente, sempre conseguiu dispor da necessária capacidade resistindo ao maltrato. São situações muito difíceis.

Acontece que algumas mulheres e raparigas são enganadas e ameaçadas desta forma: quando são chamadas a interrogatório, dizem-lhe: Olha o teu pai/ marido disse isto e aquilo. Agora tu ou aceitas casar ou és violada. Os casos de violação não se pas-

sam apenas com as mulheres e filhas dos presos. Dão-se também com as outras. Numa família onde haja mulher ou filhas bonitas. Os militares começam por perseguir uma família. Como pretexto levam o pai preso, acusando-o de pertencer à Fretilin. A seguir levam a mulher ou a filha desejada a interrogatórios e aí são ameaçadas ou violadas. A mulher do Amadeu, por exemplo, que era muito bonita, aconteceu isto.

Preocupados com outras famílias

J.O. - Como é que decorreu a chegada a Portugal?

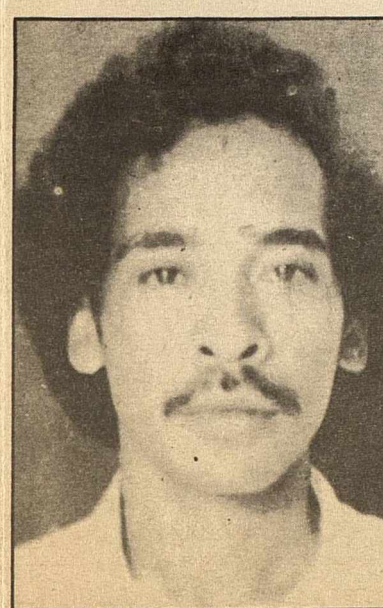
M.M.C. - Chegámos a Portugal através da Cruz Vermelha Internacional e da Amnistia Internacional. Trataram-nos de tudo o que foi necessário para a vinda, desde a marcação e pagamento da viagem ao alojamento da minha família. É a estas duas instituições que temos de agradecer a protecção das torturas que nos eram aplicadas pela Indonésia.

É verdade que estamos livres de torturas, portanto mais ou menos felizes. No entanto vivemos muito preocupados (eu, a minha mulher e os meus filhos) com as outras famílias e com as torturas e violações que lá continuam a ocorrer.

J.O. - O que sabe dos últimos acontecimentos?

M.M.C. - O governador nomeado pela Indonésia, Mário Carrascalão, diz que o povo de Timor vive bem, tem boas condições de vida e vive em paz. Isso, porém, não é verdade. O povo de Timor vive em opressão, tortura, perseguição e guerra movida pelo Indonésia.

O governador nomeado pela Indonésia diz que toda a população de Timor tem casa para viver. São, no entanto, as "casas" que vemos na foto que ilustra a entrevista. Note-se que esta casa



Apenas uma visita da família

é feita de madeira e se situa na cidade de Dili. Não é das piores. Mas, mais nas aldeias, as casas são muito piores.

As casas que o Governo da Indonésia fez são para os indonésios recambiados para Timor. São casas boas, construídas de tijolo e cimento. Por exemplo no Bairro Pitê, na aldeia de Bedi e na aldeia de Fatometa o governo da Indonésia tirou de lá os timorenses e ocupou-as com indonésios.

• A maior preocupação consiste no alcançar da independência para o seu país: Timor Leste

• Também mulheres são interrogadas, ameaçadas e violadas

• O Povo de Timor acredita que a Delegação Parlamentar portuguesa vai para ver como ele vive

• A juventude está com as forças da resistência e luta por um futuro melhor

• A solidariedade dos leitores do "J.O." dá-nos força e é necessária à nossa independência

Outra notícia chegada há pouco tempo, revela-nos estar em perigo a vida dos presos políticos que foram libertados. Daí que se tenha pedido que a delegação parlamentar portuguesa que proximamente deve visitar Timor actue o mais depressa possível. Idêntico pedido foi apresentado à Amnistia Internacional.

Cigarros acesos nos órgãos genitais

J.O. - Que tipo de perigos podem correr os ex-presos?

M.M.C. - Continuam a ser perseguidos para serem presos novamente e tudo começa de novo com interrogatórios, torturas e fuzilamentos...

Mulheres houve que foram despidas de toda a roupa, incluindo as roupas interiores, e usadas sexualmente pelos militares indonésios, actos de que resultaram situações de gravidez. Outras houve em que, além da violação, sofreram o efeito de choques eléctricos. Não faltaram até aquelas a quem foram postos cigarros acesos nos órgãos genitais. São tristes exemplos

destes maus tratos a Imaculada, a Beatriz e a Domingas. Após tudo isto levaram uma pena máxima de 7 anos. A Domingas foi desterrada para Jacarta, enquanto a Beatriz e a Imaculada foram colocadas na Ilha de Ataúro.

Após a tortura o fuzilamento

J.O. - Fala-se em casos de fuzilamento. Confirma?

M.M.C. - Confirmando. Deixe-me contar um caso. As forças da Indonésia capturaram um grupo de timorenses, sendo alguns deles responsáveis civis e outros forças da resistência da Fretilin. Levaram-nos para a vila e mantiveram-nos sem comer 2 e 3 dias. Depois transportaram-nos para a localidade de Alas (concelho de Sámen). Daí foram novamente levados para Humametan (um lugar escondido) onde, depois de torturados, foram finalmente fuzilados. São eles: o João Bosco, o António Vicente, o Izidoro Fernandes, a Ermelita, o Plácido, o Manuel Branco, o Estevão, o Branco (responsável civil), o José Maria (membro do "comité central"), o João Branco e o Hipólito Fernandes.

À Ermelita, que ainda era solteira, quiseram violá-la. Foi obrigada a cantar canções e a agir como se fosse maluca. Resistiu, não cedeu e foi fuzilada.

J.O. - A Ermelita por ser solteira, foi ainda mais torturada?

M.M.C. - É verdade. As mulheres timorenses vivem aterrorizadas com estas situações. Acontecia, muitas vezes à noite, estar preparados para dormir, sentindo à volta dos nossos quartos espias que nos escutavam para ouvir acerca do que conversávamos...

É esta realidade que o governador Mário Carrascalão tem vindo a esconder do exterior. Ou seja, o sofrimento deste povo. Segundo ele, o povo de Timor



Uma casa da cidade de Dili: "Não é das piores"

vive bem, tem boas condições de vida e vive em paz.

O povo espera e confia

J.O. - Segundo sabemos, a visita a Timor da Delegação Parlamentar portuguesa está já confirmada. Acha que vai ter hipóteses de ver tudo ou vai poder ver só aquilo que o governador quiser mostrar?

M.M.C. - Vamos ver. Sei que a Delegação vai ser recebida com um programa cultural, música e danças, programa aliás elaborado pelo governador nomeado pela Indonésia. Também sei que haverá grupos a participar na recepção. Porém, o que vão dizer é apenas da boca, não o sentem no coração. A tanto porém são obrigados pela Indonésia.

Aos estudantes mais activos, para evitar qualquer ligação com a Delegação e os jornalistas acompanhantes, o governo organizou-lhes passeios e transferiram-nos por uns tempos (3 ou 4 meses) para outras zonas. Só vão ficar em Dili os que defendem os interesses da Indonésia.

O povo de Timor acredita que a Delegação vá para ver como ele vive. Acredita com convicção que após esta visita a sua vida irá melhorar. Por isso espera e vai

recebê-la de coração e braços abertos.

J.O. - Qual a atitude da juventude perante esta realidade?

M.M.C. - A juventude está com as forças da resistência e luta por um futuro melhor. Está consciente e luta unida num só sentido.

Solidariedade e fim da guerra

J.O. - Quer transmitir alguma preocupação especial ou deixar alguma mensagem aos leitores?

M.M.C. - Quero agradecer aos jornalistas do "J.O." a abertura que tiveram ao dar voz e espaço aos problemas de Timor. A todos apelo para uma maior colaboração no sentido de darmos a conhecer o que ali se passa.

Aos leitores deste jornal que tomem conhecimento da falta de paz e do sofrimento do povo timorense peço-lhes que trabalhem para incentivar o mundo a ajudar-nos no cessar da guerra.

A vossa solidariedade dá-nos força e é necessária à nossa independência.

Responsabilizo-me por tudo o que afirmei e tanto eu como os restantes timorenses estamos disponíveis para todos os contactos julgados úteis. ♦

Lançai a rede

CONSTANTINO ALVES

Baloçando nervosamente sobre as águas revoltas
o barco segue em direcção à praia
onde as mãos das mulheres, dos filhos e de amigos,
já se aprestam, para pulso a pulso, o arrastarem sobre a areia.
Que trazes aí dentro, "Flor amada"?

Sardinha, carapau? Quem sabe, polvo e linguados!?

Será o pão que se compra, as dívidas na mercearia, umas roupas para as crianças!

É a riqueza dos pobres, fartura grande a quem nada sobra...

Hei... hei... hei... mais um pouco... Alto!

Os olhos e as mãos atiram-se para o convés do barco
para o gozo completo dos desejos saciados na sofreguidão.

Sorte madastra, triste sina destes homens de rostos
carcomidos pelos ventos e pelo frio!
Num pequeno cesto, bem lá no fundo,
só uns punhados de peixe, ainda misturados com sargaço e algas!...
Olham suas mulheres, sem nada dizer
a quem tudo compreende e suporta.
Que não fizeram vossas mãos calosas
nas inúmeras tentativas de lançar a rede?

Meu pensamento recua dois mil anos atrás em terras da Galileia.

O lago de Tíberíades é sulcado dia e noite
por pequenas embarcações.

Alguns homens sobem para o barco

Pedro vai à proa. Uma noite inteira e nada apanharam!

"Rapazes, tendes alguma coisa para comer?"

Surpresa! Jesus esperava-os na praia. Nem acreditam!

Como eles gostariam de o presentear com um daqueles belos peixes do lago!

"Lançai a rede à direita e achareis".

Cento e cinquenta e três grandes peixes!

É o Senhor! - grita Pedro, lançando-se de imediato à água.

Como foi possível que ele voltasse rompendo as sombras da morte?

Ei-lo, na praia, reluzente e vivo!

E sentados na areia tépida do fim da tarde, comendo pão e peixe,

eles, mergulhados em doce silêncio e contemplação,

começam a compreender os segredos do Reino, a vida que irrompe!

E a pesca "milagrosa", era a "vida em abundância" que ele prometera.

A alegria que sentem era "água viva que mata todas as sedes".

E o peixe saboroso e abundante era a justiça e o pão repartido por todos!

Agora sim, os cegos vêem, os coxos andam, os surdos ouvem...

os pobres são libertados e o nome de Deus é bendito!

Senhor,

agora já te posso falar de tantos dias para a fábrica...

de centenas de horas de estudo, professores e transportes...

das reuniões, debates, companheiros, recuos e hesitações...

de descanso que não tive, de amigos que não visitei, de tristezas que vivi...

Senhor,

tira do meu nada surpresas e amor...

dá sabor e enleio às horas de solidão...

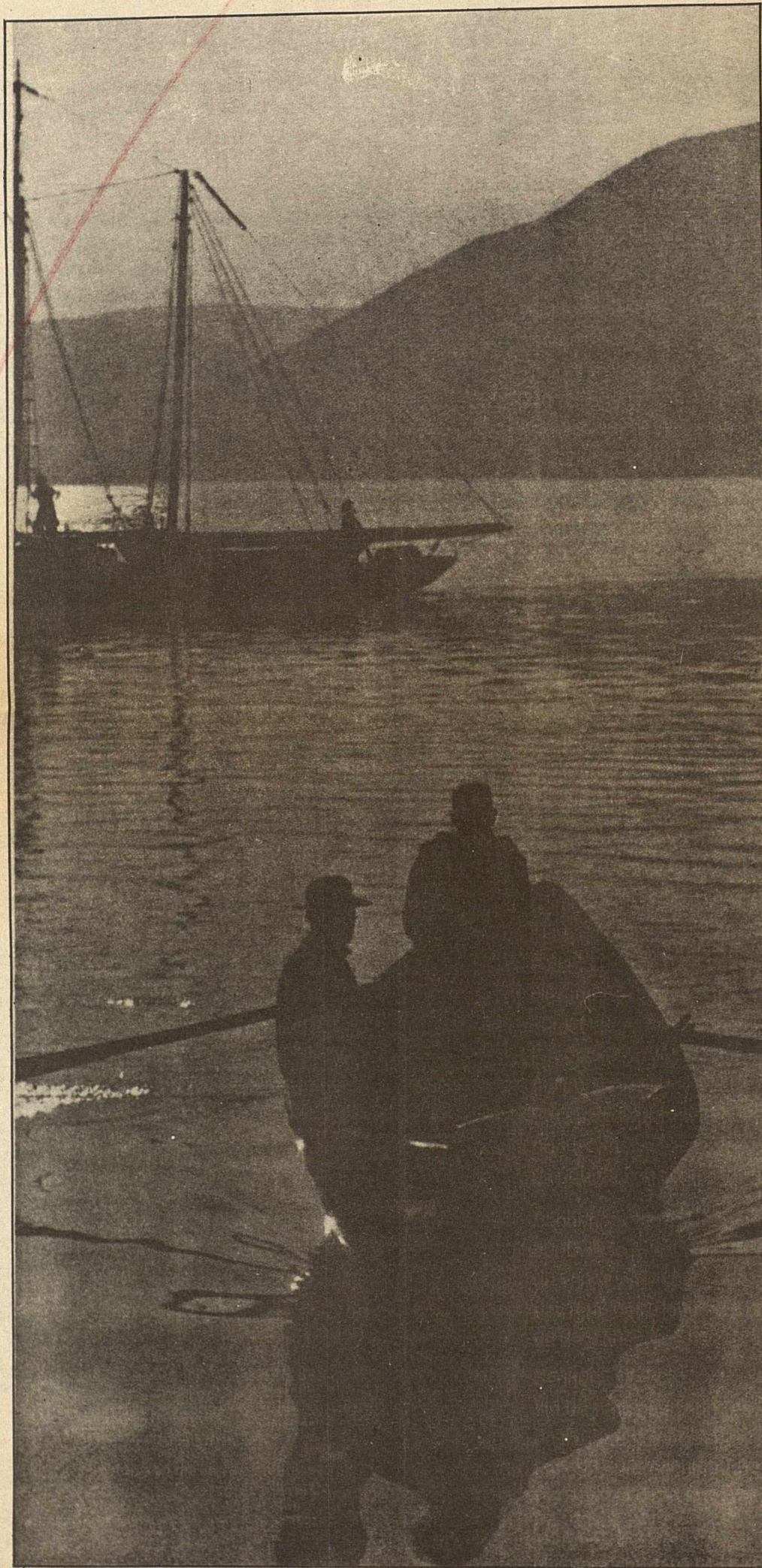
Faz-me compreender que a vida tem o seu ritmo, leis e segredos...

Poderei sentir na brisa do vento o sopro do teu Espírito?

Sentado na areia,

não me perguntes se te amo!

Para quem iria eu se só tu tens palavras de vida eterna? ♦



Senhor, tira do meu nada surpresas e amor.

A advogada Maria Amélia Antunes a «Juventude Operária»

Pacote Laboral não passa de uma «manta de retalhos»

O Pacote Laboral é, no plano formal, uma "manta de retalhos" - diz em entrevista a "Juventude Operária" a advogada Maria Amélia Antunes. Limita-se a fazer enxertos em diplomas, tornando-os ainda mais dispersos e fraccionados.

ENTREVISTA RECOLHIDA POR AMÉRICO MORGADO

Juventude Operária - Em termos genéricos, como classifica o Pacote Laboral há dias aprovado na Assembleia da República?

Maria Amélia Antunes - O Pacote Laboral, recentemente aprova na Assembleia da República é, no plano formal, uma "manta de retalhos" já que se limita a fazer enxertos em vários diplomas já existentes sobre as diversas matérias, objectos, eles próprios, de outros enxertos, tornando-os assim dispersos e fraccionados.

Maria Amélia Antunes: "A precarização da actividade profissional agravar-se-á".



J.O. - E quanto ao conteúdo?

M.A.A. - Quanto ao conteúdo não traz nada de positivo aos trabalhadores, com excepção do trabalho de menores. Poderá mesmo tornar-se numa fonte de conflito nas empresas, gerando, em consequência, a instabilidade social, salvo se houver mudança de mentalidade ou não venha a ser aplicado.

Duração semanal de trabalho é excessiva

J.O. - Apesar do que acaba de afirmar, quais os aspectos que considera mais graves e susceptíveis de prejudicar os trabalhadores?

M.A.A. - Os aspectos mais graves são os que se prendem com a duração e organização do tempo de trabalho, com o período experimental e a cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador.

J.O. - Porquê a duração do tempo de trabalho?

M.A.A. - Porque a referida duração semanal continua a ser excessiva, independentemente da forma como se organiza. Na realidade a inovação na organização do trabalho ora introduzida

não garante que a duração semanal do trabalho seja inferior às 44 horas fixadas anteriormente.

Tal situação é, na verdade, incompreensível, se atentarmos no facto dos nossos parceiros comunitários terem uma duração semanal de trabalho da ordem das 38, 39 e 40 horas.

O período experimental ao passar de 60 para 90 dias (empresas com menos de 20 trabalhadores) torna precária a relação laboral nalguns sectores de actividade e permite ao empregador usar uma rotatividade de trabalhadores pelo menos durante 90 dias, sem direito a qualquer compensação.

A cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador poderá significar o desemprego a curto prazo de centenas e centenas de trabalhadores.

A introdução de novas tecnologias e a consequente reestruturação das empresas vai levar, inevitavelmente, à cessação de contratos de trabalho. Só que aos trabalhadores a quem o desemprego espera deveriam ser dadas e consagradas contrapartidas de sobrevivência dignas e não apenas o normal subsídio

de desemprego. E quando este termina?

Precarização vai ser agravada

J.O. - E quais os ângulos das leis que reputa de mais positivos?

M.A.A. - Sem dúvida o trabalho de menores.

É alterada a idade para o ingresso no mundo do trabalho, genericamente para os 16 anos, bem como a faculdade e obrigatoriedade de formação profissional adequada.

J.O. - Relativamente aos jovens trabalhadores o Pacote Laboral consagra, especificamente, medidas merecedoras de relevo?

M.A.A. - Sim. Refiro-me à exigência de formação profissional.

J.O. - Gostaríamos que abordasse particularmente a questão da cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalho e suas repercussões. Não irá este diploma agravar a

precarização da actividade profissional no nosso país?

M.A.A. - Esta forma de cessação do contrato de trabalho vai antecipar o fim da vida activa de um sem número de trabalhadores, tendo apenas como contrapartida o desemprego e a

percepção, durante algum tempo, do subsídio de desemprego correspondente. Sem outras contrapartidas e sem alternativas é óbvio que a precarização da actividade profissional se agravará.

Continua na pág. seguinte

Pacote laboral: o que muda

	AGORA * (pelas leis actuais)	FUTURO (com lei de autorização legislativa)
TRABALHO DE MENORES	■ Idade mínima: 14 anos	■ 15 anos (ou 16 anos, nos casos em que se aplique a escolaridade obrigatória de 9 anos)
FÉRIAS	■ 30 dias consecutivos ■ Possibilidade de encerramento de empresa, para férias, por um mínimo de 3 semanas. ■ Não remíveis em dinheiro ■ Direito a gozo de férias efectivas no ano de admissão.	■ 22 dias úteis ■ Possibilidade de encerramento das empresas, para férias, por um mínimo de 15 dias. ■ Gozo efectivo de 15 dias de férias. ■ Possibilidade de os restantes 15 dias serem remíveis em dinheiro ■ A admissão no segundo semestre do ano implica direito a férias apenas no ano seguinte.
REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO	■ Não estava regulamentado	■ Regulamentado regime de trabalho em comissão de serviço ■ Por quebra de confiança, trabalhador ou empregador podem terminar a relação de trabalho, com indemnização.
PERÍODO EXPERIMENTAL	■ 60 dias ■ 120 dias (p/ cargos de "complexidade técnica")	■ 60 dias (regime geral) ■ 90 dias (se a empresa tiver 20 ou menos trabalhadores). ■ 120 dias (cargos de complexidade técnica) ■ 240 dias (pessoal de direcção e quadros superiores).
TEMPO DE TRABALHO	■ 44 horas (horário máximo semanal) ■ 160 horas (limite máximo anual de trabalho suplementar) ■ não há "flexibilidade" de esquema de horário.	■ Não explicita horário máximo semanal. (Remete a duração normal de trabalho, em termos médios, para a possibilidade de definição por convenção colectiva). ■ 50 horas de duração limite de trabalho semanal, até 3 meses seguidos. ■ Admite até duas horas diárias de trabalho complementar. ■ 200 horas de limite anual de trabalho suplementar.
FOLGAS	■ Domingo e um dia de descanso suplementar (sábado ou 2 feira) ■ Gozo de descanso compensatório nos 3 dias seguintes a trabalho suplementar.	■ Alarga casos de não gozo de folga ao domingo. ■ Admite descanso complementar de forma repartida ou diferenciada. ■ alarga para 90 dias o prazo de gozo de descanso compensatório.
CESSAÇÃO DO CONTRATO POR INADAPTAÇÃO	■ Não regulamentado.	■ Empresa passa a poder alegar inadaptação para cessação do contrato de trabalho, sobretudo em casos em que forem introduzidas modificações tecnológicas no posto de trabalho. ■ No caso de adopção de novas tecnologias, há várias medidas previstas, que a entidade deverá tomar antes, designadamente o fornecimento de formação profissional

*Esquema geral, sem incluir algumas excepções previstas na lei.

Este mapa é extraído, com a devida vénia, do jornal "Público" (edição de 13/6/91)